

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Permanências autoritárias no tempo presente brasileiro: a transição pactuada e o bolsonarismo

Authoritarian permanences in the Brazilian present time: the agreed transition and Bolsonaroism

Ariel Cherxes Batista¹

Resumo: entre os anos finais da ditadura no Brasil, e o início da Nova República, devemos considerar três momentos como importantes na transição do autoritarismo para a democracia. São eles: a criação da Lei da Anistia (1979); a eleição indireta de Tancredo Neves no Colégio eleitoral (1985); e a promulgação da Constituição Federal de 1988. A transição democrática no Brasil foi limitada, devido ao pacto conciliatório existente entre militares e civis durante todo o processo. A ascensão de um movimento de viés autoritário como o bolsonarismo (2018) pode ser explicada pela ausência de uma severa crítica a ditadura e também pelo caráter conciliatório da transição. Entendemos esses fenômenos políticos como permanências autoritárias existentes no tempo presente brasileiro, as quais analisaremos neste artigo.

Palavras-chave: Tempo presente; Transição; Bolsonarismo;

Abstract: Between the final years of the dictatorship in Brazil and the beginning of the New Republic, we must consider three moments as important in the transition from authoritarianism to democracy. They are: the creation of the Amnesty Law (1979); the indirect election of Tancredo Neves in the Electoral College (1985); and the promulgation of the Federal Constitution of 1988. However, it is necessary to mention that the democratic transition in Brazil was limited, due to the conciliatory pact that existed between the military and civilians throughout the process. The rise of a movement with an authoritarian bias such as Bolsonaroism (2018) can be explained by the lack of severe criticism of the dictatorship and also by the conciliatory nature of the transition. We understand these political phenomena as authoritarian permanences existing in the present Brazilian tense, which we will analyze in this article.

Keywords: Present tense; Transition; Bolsonaroism;

1 Graduado em História (2016) e mestre em História Social das Relações Políticas (2020), pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Atualmente cursa o doutorado, com financiamento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na mesma instituição e no mesmo programa. Desde 2015 é pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente (LabTempo/Ufes) e em 2024 ingressou no grupo de pesquisa Oniruuu: África, Islã, Diáspora africana e estudos anticoloniais. Atualmente leciona história na Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (Sedu/ES) e exerce o cargo de presidente da Associação Nacional de História, seção Espírito Santo (Anpuh-ES) na gestão História em Movimento, biênio (2024-2026). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-8043-5922>. E-mail: ariel.batista@edu.ufes.br



A ascensão e fortalecimento do bolsonarismo enquanto alternativa viável de poder para uma parcela significativa da sociedade brasileira, ainda que houvessem 30 anos em que a democracia e o Estado de Direito fossem vistos como regra institucional representam os impactos diretos da Anistia, da transição e da construção pactuada da Nova República no tempo presente brasileiro.

O novo Brasil que se formou com o surgimento da Nova República preferiu obliterar sobre a real necessidade em se julgar os crimes da Ditadura, visto que construir um novo país era visto como prioridade. Entretanto, essa construção teria em suas entranhas a impunidade travestida de legalidade. A cultura política conciliatória e autoritária, indicada por Rodrigo Patto Sá Motta (2018), explica os impactos de nossa transição democrática limitada, e a presença de um imaginário autoritário no tempo presente brasileiro.

176

Pensando nesses aspectos, nossa análise tem como objetivo abordar em um primeiro momento os desdobramentos relacionados à promulgação da Lei da Anistia em 28 de agosto de 1979, a transição democrática, figurada na eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1985 e o processo constituinte ocorrido entre 1987 e 1988. Buscaremos ligar esses eventos com a prática da conciliação política, visto que a consideramos como um fator preponderante da cultura política brasileira.

Desenvolvendo uma análise conceitual, também discutiremos sobre a construção do que vem sendo chamado de bolsonarismo, a partir da biografia de Jair Messias Bolsonaro, e de seu caráter autoritário ligado a ditadura. Consideramos importante esta análise, pois a ascensão bolsonarista na Nova República representa uma contradição a normalidade democrática existente no Brasil desde 1988, e sobretudo corresponde a um problema advindo do período antecedente a



transição democrática. A existência do bolsonarismo representa o surgimento de uma nova fase política para o Brasil, ainda que aparentemente mudanças estruturais não tenham ocorrido na institucionalidade brasileira. Em suma, destacamos a importância de serem construídas análises que busquem compreender os elementos históricos que possibilitaram a ascensão e fortalecimento do movimento bolsonarista no Brasil.

Lentidão, gradualismo e seguridade: o projeto de Abertura dos militares

O penúltimo governo da ditadura, presidido pelo general Ernesto Geisel (1974-1979) ensaiou o início de uma abertura política, à época chamada de Distensão. Este nome foi dado, pois o projeto de redemocratização concebido por Geisel previa a adoção de um conjunto de medidas políticas “liberalizantes”, cuidadosamente controladas pelo Executivo Federal.

177

Entretanto, o período é questionável pela existência das medidas repressivas adotadas, como o extermínio dos guerrilheiros do Araguaia (1974), e as mortes do jornalista Vladimir Herzog (1975), e do operário Manuel Fiel Filho (1976), aqui citando os casos mais emblemáticos relacionados a repressão política no período.

O governo do general João Figueiredo (que sucedeu o mandato do General Ernesto Geisel) é marcado pela promulgação da Lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979. O caminho que a antecede é marcado por uma espécie de perca da narrativa sobre o controle do perdão político pelos militares que, desde 1964, com o apoio civil, tutelavam o Estado por meio da Ditadura (Napolitano, 2014).



O Poder Executivo desejava incitar na opinião pública a ideia de que teria controlado o processo de anistia por completo. Isto é, que a anistia era uma iniciativa do Estado, uma medida de concessão, um favor pertencente ao governo. “Esquecendo-se” da atuação e pressão realizada pelos diversos setores da sociedade civil, isto é, pelas oposições. Retornadas à cena pública, tais oposições mobilizaram-se e exerceram pressões contra o governo, ampliando inclusive o debate sobre a anistia.

178

Apesar de aprovado o projeto do governo, e rejeitada a emenda substitutiva por uma diferença de cinco votos, é oportuno verificar que tais movimentos contribuíram para a obtenção da anistia, forçando os limites do projeto distensionista, mesmo com todos os limites inscritos na legislação (Fagundes, 2019). Podemos dizer que o sucesso do projeto de Anistia, “Lenta, Gradual e Segura”², proposto por Ernesto Geisel, representa uma das bases que sustenta a Nova República.

Sobre isso, Pedro Ernesto Fagundes (p. 295, 2019), explica:

[...] a Lei da Anistia de 1979 consagrou os esforços do governo Geisel em orquestrar a retirada pacífica dos militares da política. Em seguida, sempre em ritmo moderado, a direção do governo foi entregue aos civis, esses eventos conferiram legitimidade - política, jurídica e institucional - à noção de reciprocidade como marca principal da legislação de 1979 e, sobretudo, reformaram o “silêncio oficial” nos anos iniciais da Nova República.

Em consequência dessas manobras discursivas, surgiu uma narrativa que ratificou uma “versão oficial” branda e benevolente sobre a época. Como resultado, no presente consolidou-se uma interpretação que apresenta os militares como moderadores da transição política. Nesse quadro, a defesa da Lei da

2 A definição de que a “Abertura política” deveria ser Lenta, Gradual e Segura representa que os militares desejavam passar o controle político do país aos civis, sem alterar as bases autoritárias e violentas do Estado, que haviam sido construídas desde 1964.



Anistia como um “pacto de reconciliação” tornou-se a narrativa “oficial”, inclusive, durante os governos da Nova República.

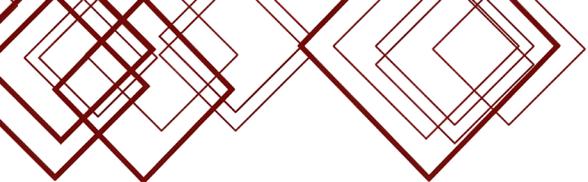
Nas décadas seguintes, os argumentos contrários a essa narrativa, em especial, as demandas em torno da “revisão da Anistia”, da abertura dos arquivos da repressão e da punição dos torturadores, foram enquadradas como tentativas de romper com esse “acordo”.

A atuação de diferentes forças da sociedade no processo que anistiou os presos políticos e também os torturadores (sendo esse um fator de intensa discussão em relação aos problemas advindos com a Anistia) teve grande influência ao fim da Ditadura, e conseqüentemente na sustentação do período posterior, denominado Nova República. Afirmamos isto, pois novamente, ocasionou a construção de uma conciliação e acomodação política, como por exemplo na anistia de 1945, concedida por Getúlio Vargas ao fim da Ditadura do Estado Novo. Ademais, contribuiu para a manutenção do discurso e imaginário anti-comunista, fator elementar para a instauração do regime, assim como para uma visão elogiosa da ditadura, ainda que de forma velada, mesmo em um período, no qual o Estado Democrático de Direito era vigente

179

O dispositivo nomeado “crimes conexos”, inscrito na lei de Anistia, forneceu respaldo jurídico para que os agentes militares não sofressem punições mediante as ações cometidas em nome da ditadura. Isto é, o texto da lei possibilitou diversas interpretações, fruto muito mais da vontade política daqueles que a aplicaram, do que de um entendimento positivado do seu texto. Desse modo, o dispositivo criado em 1979, concedeu o perdão político a torturadores e agentes da ditadura, e aos indivíduos que sofreram expurgos por parte do regime de exceção vigente a partir de 1964.

Conforme Marcos Napolitano (p. 324, 2014), “[...] no processo de transição, as esquerdas não esqueceram os crimes contra seus mi-



litantes, mas também não investiram suas principais energias no tema da verdade e da justiça”. Ao contrário, concentraram suas atenções na institucionalidade e na participação no jogo democrático reconstruído com a conciliação.

Nesse sentido, vamos observar o caso brasileiro. O término da Ditadura, no Brasil, tem como marco a passagem de poder das mãos de um militar para um civil, e assim em 1985, após eleição indireta no Congresso Nacional, Tancredo Neves foi escolhido para suceder o general João Baptista Figueiredo. Em 15 de janeiro de 1985, o político mineiro venceu Paulo Maluf, no colégio eleitoral por quatrocentos e oitenta votos, contra cento e oitenta, o pleito indireto contou ainda com 26 abstenções. Contudo, no dia 14 de março, véspera da posse, o presidente eleito adoeceu, e o vice-presidente eleito José Sarney, foi quem fez a leitura do discurso escrito por Tancredo³, pregando a conciliação nacional e a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte, sendo assim, empossado.

180

Tancredo Neves faleceu 39 dias depois de adoecer, em 21 de abril de 1985. Entretanto, a ideia no qual propunha, de conciliação política, foi colocada em prática. O Poder Executivo saiu do controle de um militar e passou para um civil. Pretendia-se, a partir de então, que, com o advento da Nova República, apenas civis fossem presidentes. Mais ainda: a partir das próximas eleições gerais, os civis seriam eleitos pelo voto popular, fato incomum desde a eleição de Jânio Quadros em 1960. Usando um jargão popular de forma contrária, os militares “entraram no armário” ao fim da Ditadura, e o governo da Conciliação figurado na chapa Tancredo-Sarney iniciaria a transição democrática.

³ Discurso de Tancredo Neves preparado para a posse na Presidência da República. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/discurso-de-tancredo-neves-preparado-para-posse-na-presidencia-da-republica-3021920>>. Acessado em 02 de maio de 2024.



Os velhos problemas da Nova República

Em 02 de fevereiro de 1987, na abertura dos trabalhos da Constituinte que produziu a atual constituição promulgada em 1988, o presidente da Assembleia Nacional, deputado Ulysses Guimarães (MDB – SP), proferiu as seguintes palavras: “A nação quer mudar, a nação deve mudar, a nação vai mudar”⁴. (informação verbal).

A constituinte instalada em 1º de fevereiro de 1987, desenvolveu trabalhos por cerca de um ano e meio, e no discurso de promulgação, com otimismo e comoção o parlamentar celebrou em palavras: “A nação mudou.” (informação verbal)

Devemos reconhecer que mesmo apresentando limitações, em decorrência da conjuntura pós-ditadura, a Constituição Federal de 1988 é a grande responsável pela garantia de direitos fundamentais existentes no Brasil contemporâneo, ainda que receba constantes ataques. Além disso, as mudanças ocorridas no país neste intervalo de pouco menos de quarenta anos foram em diversas áreas. Todavia, é necessário entendê-las, assim como compreender de que forma elas influenciam o nosso tempo presente.

Desse modo, voltaremos nosso olhar neste primeiro momento a uma parte do discurso de Ulysses Guimarães na promulgação da Carta Magna em 05 de outubro de 1988. O texto é repleto de máximas acerca da história do Brasil e do passado de lutas da sociedade civil recém-saída dos mais de vinte anos de Ditadura Militar. O trecho do discurso destacado nos interessa, pois, em sua explanação, o parlamentar aponta

181

4 Íntegra do discurso presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães (10’ 23”). **Câmara dos deputados**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-asm-bleia-nacional-constituente-dr-ulysses-guimaraes-10-23/>>. Acesso em 10 de outubro de 2023.



elementos que aproximam o final da década de 1980 à nossa contemporaneidade com as seguintes palavras: “A moral é o cerne da pátria. A corrupção é o cupim da República. República suja pela corrupção impune toma nas mãos de demagogos que a pretexto de salvá-la a tiranizam”. (informação verbal)

Concordamos com o deputado em sua explanação, a nação de fato mudou, contudo, o pacto firmado na constituinte tornou o país “presa fácil na mão dos ditos tiranos”. Desse modo, precisamos fazer o exercício de entender o que ficou conhecido como transição democrática, nos anos finais de ditadura, e os impactos trazidos por este processo à Nova República.

182 A Nova República⁵ é o período histórico fundamentado na conciliação política entre civis e militares desenvolvida durante a transição. Desde à Abertura, esta prática política estava sendo ensaiada e se consolidou na eleição de Tancredo, que garantiu que não haveria revanchismo. Durante os 30 anos que se estendem da promulgação da Constituição Federal de 1988 ao governo de Michel Temer (MDB-SP), o Brasil foi governado por presidentes civis. Em 2018, o país faz uma volta ao passado, acontece a eleição do ex-militar e defensor da ditadura Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil.

A chegada de Bolsonaro ao poder pode ser considerada como o desdobramento final da quebra do pacto estabelecido na constituinte, pois a sociedade brasileira considerou viável a eleição de uma figura antidemocrática e saudosista a ditadura como solução para a crise da democracia no país. Vale mencionar que o Golpe de 2016 sob a presidenta Dilma Rousseff representa o início dos retrocessos democráticos

5 Desde o início da transição, nos idos de 1985, o possível presidente, Tancredo Neves, utilizava esta terminologia para se referir ao período que estava por vir, inclusive citando-o em seu discurso de posse, o qual foi lido por José Sarney.



da história recente do Brasil. Salientamos, que o uso do termo “golpe” para se referir ao afastamento da presidenta em 2016 está relacionado a utilização dos ritos democráticos para a aniquilação interna da democracia, em que a coletividade é feita refém de figuras (como Bolsonaro) que despontam como uma espécie de libertação política nacional, mas, que na realidade, acabam influenciando amplos segmentos a adotarem comportamentos políticos nocivos, questionáveis e anti-establishment. O objetivo desses indivíduos não é a liquidação direta e imediata da democracia, mas sim a sua ocupação, solapando o Estado Democrático de Direito de fora para dentro (Goldstein, 2019, p. 36).

Ressaltamos, o triunfo bolsonarista representa uma contradição a normalidade democrática existente no Brasil desde 1988, e sobretudo corresponde a um problema advindo do período da transição democrática, o qual estamos discutindo no decorrer deste artigo.

O Brasil possui três problemas estruturais que existem desde antes do surgimento do período republicano atual: a violência autoritária, o racismo e a dependência econômica. A primeira mazela indicada representa o cerne de nossa cultura política, elemento que molda nosso Estado-nação e permanece entranhado em nossa contemporaneidade sócio-política. A primeira mazela indicada representa o cerne de nossa cultura política, elemento que molda nosso Estado-nação e permanece entranhado em nossa contemporaneidade sócio-política. Vale lembrar que utilizamos este conceito (cultura política) como o aporte teórico deste texto, atrelado a ideia de que práticas autoritárias moldam o funcionamento da Nova República, mesmo após o fim da ditadura.

Endossamos esta ideia, com base na análise relacionada aos silêncios em torno das discussões sobre a ditadura conforme Fagundes (2019). Visto que o silêncio oficial defendido pelos militares desde a



promulgação da Lei da Anistia em 28 de agosto de 1979 representa a manutenção de uma memória positiva sobre o regime ligada a duas situações: o papel das Forças Armadas na pessoa de seu alto oficialato como moderadores do processo da transição democrática; à Anistia como o pacto de reconciliação que de certa maneira evitaria revanchismos para o país redemocratizado.

O racismo também é um fenômeno associado ao autoritarismo presente na sociedade brasileira. Podemos dizer que o corpo social do país sucumbe quando discrimina e elimina os “diferentes”, ao mesmo tempo em que exalta o elitismo economicista de uma minoria. Essa minoria dita comandos a uma classe média sem percepção do papel que exerce e não reconhece suas fragilidades enquanto grupo social, tampouco sua falta de consciência. Desse modo, conseguimos compreender o primeiro e o segundo problema citados acima, os quais são realidades existentes do conjunto sociopolítico brasileiro.

184

Este Brasil apresentado poderia ser no século XVI, logo após a invasão portuguesa em terras brasílicas. Durante o século XIX, quando o Império brasileiro de ascendência e conluio lusitano era atuante, ou mesmo no século XX, marcado por duas ditaduras e processos de transição democrática pautados na conciliação e acomodação política. É, pensando neste último período que buscaremos analisar o tempo presente brasileiro neste trabalho. Além disso, discutiremos aqui sobre o papel exercido pela cultura política autoritária na idealização, engendramento, fortalecimento e atuação de um movimento de tendências autoritárias que ficou conhecido como bolsonarismo. Esta força política ascendeu ao poder em 2019 e de certa maneira desestabilizou o pacto firmado na construção da Nova República, ao atentar contra o Estado Democrático de Direito e suas instituições.



O termo “Transição democrática” faz alusão a ideia de que o fim da ditadura desembocaria na democracia. Contudo, de acordo com o cientista político Luís Felipe Miguel, esta expressão é criticável, pois pressupõe que a transição teria um ponto de chegada, e além disso seria uníssona. Todavia, o que se assistiu no decurso entre o fim da ditadura e o início da Nova República, “foi um processo com desfecho em aberto, permitindo uma multiplicidade de arranjos possíveis” (Miguel, p. 33, 2019).

O que chamamos de transição democrática compreende ao período entre a revogação das leis de exceção (Anistia) até a promulgação da Constituição Federal de 1988. Podemos dizer que a transição do regime de exceção imposto pela ditadura militar brasileira (1964-1985) desembocou em uma realidade institucional pautada em uma normalidade democrática constitucional. Reiteramos que isso não estava estabelecido desde o início, e a normalidade democrática colocada na ordem do dia foi regida por um processo conciliatório e acomodativo entre duas frentes: o alto oficialato das Forças Armadas que chefiavam o poder Executivo, junto aos parlamentares moderados que eram opositores à ditadura, liderados pelo deputado Ulysses Guimarães.

A derrota da Emenda Dante de Oliveira (1984), pode ser considerada como um elemento que legitimou a conciliação, a qual possibilitou a transição democrática. A Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1983, também chamada de Emenda Constitucional Dante de Oliveira, faz parte de uma série de movimentos em prol do retorno da democracia no Brasil através de eleições diretas para Presidente da República.

Dante de Oliveira foi um engenheiro civil que ingressou na carreira política como deputado estadual nas eleições de 1978 pelo MDB.



Em 1982, no contexto do retorno ao pluripartidarismo, tornou-se deputado federal filiado ao PMDB, mandato no qual apresentou a emenda que se tornou sua marca na história do Brasil.

O movimento pelas eleições diretas já existia nos meios intelectuais e militantes, entretanto, passou a levar multidões às ruas em diversas cidades do Brasil a partir de 1983, sob influência da proposição da emenda Dante de Oliveira. Essas manifestações ficaram conhecidas como “Diretas Já”.

A emenda propunha nova escrita para os artigos nº 17 e nº 148 da Constituição Federal de 1967 e a extinção de seus parágrafos. Essa mudança permitiria que as próximas eleições presidenciais fossem realizadas a partir do voto direto e no mês de novembro de 1984, conforme fragmento do texto original:

186

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1983

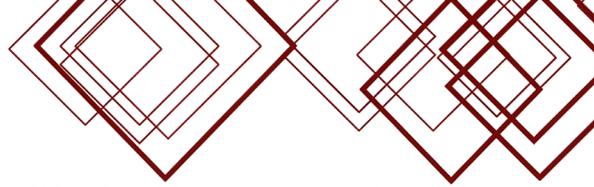
Art. 74 - O Presidente e Vice-Presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos. Parágrafo Único - A eleição do Presidente e Vice-Presidente da República realizar-se-á no dia 15 de novembro do ano que anteceder ao término do mandato presidencial.

Art. 148 - O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.

[...] (Brasil, 1983)⁶.

Dessa forma, seriam extintos os mecanismos que atribuíam ao Colégio Eleitoral a eleição do Presidente da República, devolvendo ao

6 Brasil. **Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1983**. Câmara dos deputados. Brasília, 1983. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/18035>>. Acesso em 15 de outubro de 2023.



povo a prerrogativa de escolher o líder da nação. A proposta de emenda Dante de Oliveira tramitou em quatro sessões da Câmara dos Deputados, entre os dias 18 e 25 de abril de 1984, quando foi rejeitada por não conseguir a quantidade mínima de votos para sua aprovação (320 votos dos 479 congressistas). Os votos a favor da emenda foram 298, contra 65 contrários, 3 abstenções e 113 ausências.

Mediante este acontecimento, costurou-se um acordo político com parlamentares que pretendiam vencer a ditadura, a partir das leis da própria ditadura. O acordo envolvia, por exemplo a composição da chapa intitulada Aliança Democrática com Tancredo Neves e José Sarney, aliando um político experiente e opositor ao regime (Tancredo), porém moderado, com um ex-recém apoiador da ditadura (Sarney).

A doença de Tancredo, seguida de sua morte surpreendeu a todos, e fez com que um elemento presente na cultura política brasileira entrasse em vigor, a contradição, pois um apoiador da Ditadura se transformou na solução para o retorno à democracia.

187

Conforme Jorge Ferreira (p. 42, 2019), “ao ser eleito presidente, Tancredo firmou com os militares o compromisso de que seu governo seria de conciliação e que não haveria desforra ou vingança. A relação entre ambos se iniciou sob a égide da confiança”.

O pronunciamento de Tancredo Neves, em entrevista coletiva, no dia 17 de janeiro de 1985, como o primeiro civil a assumir a Presidência da República, após vinte e um anos de Ditadura, confirma esse fato:

Os fatos ocorridos no Brasil foram deveras lamentáveis. Mas alcançamos, por decisão praticamente unânime no Congresso Nacional, a anistia. Ela é abrangente e recíproca. Ela atinge todos os lados e todos os departamentos, todos os setores da vida social brasileira. Reabrir esse processo seria implantar no



Brasil o revanchismo, e não cuidaríamos nem do presente, nem do futuro. Todo o nosso tempo seria pequeno para voltarmos a esse rebuscar, a essa revisão, a esse processo de inquirição sobre o passado. Não creio que a sociedade brasileira aspire por isso (Neves, 1985).

À vista disso, a análise de Tancredo Neves serve ao país até os tempos atuais, e explica o motivo de nossa democracia se mostrar frágil em alguns momentos. Durante os trinta anos que separam a promulgação da Constituição Federal de 1988 da eleição de Jair Bolsonaro, o pacto conciliatório esteve em vigor.

188 Concretamente, as discussões sobre o passado autoritário sempre foram vistas como tabu por diversos setores da elite política brasileira. Além disso, o receio e a omissão em tratar do tema Ditadura nos apresentaram eventos no mínimo curiosos. Citamos, como exemplo, a aprovação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Congresso Nacional (2011), quando membros de partidos opositores se uniram a partir da ideia de que a comissão deveria tomar os cuidados devidos ao apurar os crimes do período, pois o trabalho desenvolvido não poderia levar o país ao revanchismo.

Entretanto, é necessário discutir se, na verdade, o revanchismo temido pelos parlamentares representa a justiça sendo feita, ao invés de algo ligado apenas à reparação por desagravo. Questionamos isso, por não ter ocorrido julgamento dos crimes políticos ocorridos durante a ditadura no Brasil, além de que aqueles que foram resistência ao regime à época, sendo participantes da luta armada ou não, foram execrados e sofreram punições baseadas na jurisprudência vigente no período. Em contrapartida, reforçamos, seus perpetradores e algozes permanecem impunes na atualidade, ou morreram sem pagar por suas ações. Esse uso do passado, no debate público, atendeu a critérios que, não neces-



sariamente, são de comprovação e verificação da veracidade histórica, na realidade sua utilização serve para o fortalecimento de identidades políticas e ideológicas que, mediante orientação, visam o esquecimento dos fatos oficiais relacionados à repressão.

A Ultradireita reunida em torno de Jair Messias Bolsonaro não possuía como objetivo apenas chegar ao poder, mas sim destruir as bases da Nova República como instituídas na Constituição Federal de 1988, apontando o AI-5 como um modelo básico da “República” ideal, para assim retornar a um Brasil profundo, retrógado e obsoleto, semelhante ao período em que a exceção militar estava em vigor.

Ascensão e fortalecimento do bolsonarismo no Brasil

Convencionou-se chamar de bolsonarismo o grupamento organizado em torno da retórica e expertise do presidente da República eleito em 28 de outubro de 2018, Jair Messias Bolsonaro. A chegada deste movimento político ao poder central da República marcou o início de uma nova fase política no Brasil, pois o Executivo brasileiro seria novamente comandado por representantes da extrema-direita. Além disso, destaca-se que esse início da gestão liderada por um ex-capitão do Exército gerou questionamentos e dúvidas de diferentes ordens.

Primeiramente, buscava-se entender quais eram as verdadeiras diretrizes e razões de existir dessa confluência de interesses, pois o projeto político apresentado esboçava características de um nacionalismo exacerbado, ligado a uma tentativa de articulação político-partidária orgânica de tendência antidemocrática, e ao mesmo tempo, colocava-se como opção política para setores da sociedade brasileira inconformados com a conjuntura pós-governos do Partido dos Trabalhadores (PT).



Podemos dizer que uma das marcas desse grupo é a heterogeneidade, elemento no qual, faz o bolsonarismo se subdividir em bandeiras diversas reunidas em torno de seu projeto político. Vale lembrar, esse espectro buscou se apresentar como uma novidade na agenda político-institucional brasileira, por mais que não houvessem grandes novidades em sua atuação e organização⁷.

Por se tratar de um conceito ainda em fase de construção, discutiremos o bolsonarismo utilizando alguns elementos trabalhados por Daniel Aarão Reis Filho (2020). Segundo o autor, esse fenômeno não é apenas brasileiro, e de certa forma se insere em um contexto internacional de reações a mutações percebidas como ameaças mortais a tradições, valores e costumes. Além disso, representa uma espécie de nova força política, que em seus aspectos é:

190

[...] descomplexada, ativa e propositiva, de grande ativismo público, com frequentes incursões nas ruas, explorando as insuficiências e deficiências dos regimes democráticos, instrumentalizando-os quando convém, desfigurando-os “por dentro” e usando intensamente os mecanismos próprios da revolução digital (Reis Filho, 2020, p. 3).

Em certo sentido esses são os elementos gerais que nos possibilitam identificar o bolsonarismo, movimento em ação no Brasil, além de seus pares ao redor do mundo, os quais são chamados por alguns analistas como nacional-populismo ou ultra direitismo (Traverso, 2018).

O aparecimento desta tendência política se deu na conjuntura pós Jornadas de junho 2013, e fortaleceu-se durante as mobilizações pelo afastamento da presidenta Dilma Rousseff, segundo Camila Rocha:

7 Mais sobre isso: Neto, O. C. (2020). Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado**, 10(24), 120–140.



Logo após o primeiro pico de mobilização atingido pela Campanha Pré-impeachment, em março de 2015, jovens e militantes até então desconhecidos, oriundos dos contra-públicos digitais, passaram a angariar influência junto a públicos dominantes, nas eleições de 2016 alguns militantes se candidataram a cargos legislativos. Neste momento o fenômeno da direita envergonhada passou a ser algo do passado, no entanto, a nova direita em formação ainda continuava a ser constituída por diferentes forças políticas que não haviam se unificado sob um único projeto, o que ocorreria apenas a partir das eleições de 2018, quando formou-se uma frente ampla, ultraliberal-conservadora, em torno da campanha à presidência de Jair Bolsonaro (Rocha, 2018, p. 112).

Destaca-se a vulgata dualista e binária produzida por este grupamento durante a campanha eleitoral, e que foi sustentada por Jair Bolsonaro enquanto mandatário da República, como uma narrativa palaciana, a qual pode ser nomeada de *“política do nós e eles”* (Stanley, 2018).

Em outras palavras, o movimento bolsonarista a partir de suas visões de sociedade extirparia as maledicências do Brasil, por sua retidão moral, compromisso patriótico, defesa do anticomunismo, e combate ao “politicamente correto”. Assim, todos aqueles que repudiam o “pensamento bolsonarista”, são considerados inimigos internos, os quais devem ser combatidos para que a nação seja então salva de um suposto “perigo vermelho” que entre coisas tem poder de destruir a família, a tradição, a propriedade privada, e a sociedade como um todo.

A cientista política Angela Alonso (2019, p. 52), elencou quais seriam os elementos deste dualismo bolsonarista:

A comunidade moral Bolsonarista se estrutura na crença compartilhada em códigos binários, que divide o mundo em bem e mal, sagrado e profano, gente de família e indecentes, cidadãos de bem e bandidos, éticos e corruptos, nacionalistas e globalistas. Essas clivagens simbólicas simplificam a realidade, reduzindo sua complexidade a estereótipos administráveis, e ativam sentimentos coletivos de alta voltagem – o afeto, o medo, o



ódio. Seu manejo reforça o senso de pertencimento a uma comunidade de semelhantes e estigmatiza os diferentes.

Em suma, o bolsonarismo representa uma nova forma de conservadorismo ideológico e anti-institucional, que abandona a premissa de governo virtuoso em troca da ideia de destruição das estruturas sociais do Estado e das bases públicas de uma política de esquerda. Historicamente “[...] a ameaça comunista (no Brasil) serviu como pretexto para justificar golpes autoritários, reprimir movimentos populares, garantir interesses imperialistas, e manter inalterado o status quo” (Motta, 2002, p. 24).

192

A ascensão e sobretudo, o sucesso deste movimento pós-fascista brasileiro pode ser relacionado ao que Carlos Fico (2004) chama de Utopia Autoritária Brasileira, ao tratar da visão construída nos idos de 1964, acerca dos militares que empreenderam o golpe que gestou a ditadura militar no Brasil. Conforme o autor, naquele momento (1964), “as Forças Armadas eram vistas como superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral” (Fico, 2004, p. 112).

Desse modo, apenas sujeitos dotados de grandes virtudes poderiam guiar a sociedade em um combate contra perigos internos e externos, tais como o comunismo. E assim, a conjuntura política brasileira guiada por uma lógica autoritária sustentada pelo bolsonarismo, ficou marcada pela reinvenção de símbolos, ideias e culto a elementos obsoletos, mantidos com uma narrativa palaciana por quatro anos⁸.

8 Podemos mencionar como exemplo a autorização estendida pelo então presidente às Forças Armadas para comemorem o aniversário do Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964, com solenidades nos quartéis, exaltando o acontecimento e os desdobramentos decorrentes.

Mais sobre isso: Bolsonaro determinou que Defesa faça as “comemorações devidas”



Bolsonaro não é um político anti-establishment, mas sim alguém que utilizou dos mecanismos da democracia em seu favor, aparelhando-a, ao ponto de causar sua destruição. Em outras palavras, pode-se dizer que a democracia destruiu a si própria. Aqui temos uma situação paradoxal: supostamente, Bolsonaro dirigia o sistema, e, no entanto, se apresentava contrário ao sistema, portanto, atacava o que ele próprio comandava, ou seja, o presidente se desresponsabilizava durante o tempo inteiro de sua gestão.

A biografia de Bolsonaro nos ajuda a entender o caráter de sua educação militarizada, influenciando assim suas atitudes como parlamentar, por quase 30 anos, e também como chefe do Executivo no Brasil. Além disso, nos deslinda elementos que compõem o movimento político no qual é líder.

Pensando nisso, nos debruçaremos agora sobre a vida de Jair Bolsonaro enquanto pessoa anônima, e mostraremos como fatos de sua trajetória nas Forças Armadas possibilitaram sua ascensão política. Ironicamente, estes acontecimentos ligaram-se a desdobramentos ocorridos durante o processo da transição política, os quais trouxeram consequências ao tempo presente brasileiro que entre os anos de 2019 e 2022 ficou marcado por uma realidade de arroubos autoritários, controlada pelo bolsonarismo.

Jair Messias Bolsonaro nasceu em 21 de março de 1955 na cidade de Glicério, São Paulo, mas foi registrado em Campinas alguns dias depois de seu nascimento. De acordo com o livro biográfico “Jair Messias Bolsonaro: mito ou verdade”, escrito por seu filho, Flávio Bolsonaro, “apenas teria futuro quem tivesse em sua certidão o registro

do golpe de 64, diz porta-voz. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-de-vidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml>>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.



de uma grande cidade” (Bolsonaro, p. 15, 2017). Devemos mencionar aqui que esse livro busca apresentar causas para um conservadorismo puro-sangue dos Bolsonaro e, a partir de uma narrativa de caráter épico, o autor da obra empreende a construção da imagem mítica de seu pai. Por fim, vale salientar que a infância e formação enquanto pessoa do ex-presidente não é algo em que focamos neste trabalho. Todavia, nós nos debruçaremos sobre estes fatos para entender sua construção enquanto figura pública.

Ao completar 18 anos, o jovem Jair Messias Bolsonaro, ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), contudo desejava realizar sua formação como oficial da Forças Armadas, na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman). Existe um mito sustentado por Bolsonaro, e explanado em sua biografia de que seu interesse em se tornar militar se deu pelo auxílio que prestou a tropas do Exército brasileiro que combatiam o grupo guerrilheiro do Capitão Carlos Lamarca, na região em que morava no Vale do Ribeira. Conforme o relato escrito por Flávio Bolsonaro:

Ao articular sua fuga da base, Lamarca teve que passar por Eldorado. À tardinha, por volta das dezoito horas do dia 8 de maio de 1970, Bolsonaro encontrava-se no colégio, a menos de cem metros da praça onde Lamarca surpreendeu um pequeno grupo de policiais da, então, Força Pública de São Paulo, furando o bloqueio em direção à vizinha cidade de Sete Barras [...] Nessa época Bolsonaro tinha quinze anos de idade e, como conhecedor das matas do Vale do Ribeira, aproximou-se dos militares do Exército oferecendo-se para colaborar com informações sobre a região na captura do terrorista Lamarca. Foi assim que conheceu e se encantou pelo Exército Brasileiro, quando sentiu tocar no seu coração a vontade de servir ao seu país (Bolsonaro, 2017, p. 43).

Todavia, esta versão não condiz com a realidade uma vez que pode até ser possível que alguns moradores da região tenham fornecido



uma ou outra indicação aos oficiais do Exército sobre Lamarca. Contudo, caso isto tenha ocorrido, foram dicas inúteis, pois àquela altura Lamarca já havia furado o cerco do Exército, e só seria capturado mais de um ano depois, na Bahia⁹. Também nos documentos oficiais sobre o episódio — chamado de Operação Registro, não há indicação de que os militares que estavam à procura de Lamarca em Eldorado tenham recebido qualquer ajuda de populares.

Voltando à biografia de Jair Messias Bolsonaro, trataremos sobre sua entrada nas Forças Armadas. Em 8 de março de 1973, ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), com dezoito anos. Sua ficha o registra com 1,83 metro de altura, branco, olhos azuis, tipo sanguíneo O, e número de registro 11411. Durante sua passagem por esta instituição decidiu que gostaria de ser aluno da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman)¹⁰, assim ao final de 1973 prestou o concurso e foi aprovado.

195

Jair Bolsonaro foi efetivado na Aman em 1º de março de 1974. Em 24 de agosto do referido ano recebeu o espadim de Caxias, confirmando-o cadete com o número de registro 531. Integrou a turma Tiradentes, composta de 427 alunos, tendo sido declarado aspirante a

⁹ Lamarca foi morto por militares do Exército em 17 de setembro de 1971, quando descansava à sombra de uma árvore em Pintada, no sertão da Bahia. Em 11 de setembro de 1996. A Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos responsabilizou a União pelas mortes de Carlos Lamarca (e Carlos Marighella), determinando a indenização das famílias.

Mais sobre isso: Brasil. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, (p.719-727). Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf. Acesso em: 11 de outubro de 2023.

¹⁰ A Aman é a instituição de ensino superior responsável pela formação dos oficiais combatentes de carreira do Exército Brasileiro. Sua história teve início em 1810, com a criação da Academia Real Militar pelo príncipe regente d. João. Em 1951 ganhou sua atual denominação. Está sediada em Resende, no estado do Rio de Janeiro, desde 1944.



oficial de artilharia em 15 de dezembro de 1977¹¹. Neste mesmo ano, especializou-se em paraquedismo e, em seguida, serviu como Aspirante a Oficial no estado do Rio de Janeiro e depois no Mato Grosso do Sul. Em 1987, estudou na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), quando chegou à patente de capitão do Exército.

196

O ponto alto da carreira de Bolsonaro no Exército, que o tornou conhecido, aconteceu em 1986 quando assinou um artigo na revista *Veja*¹², queixando-se dos salários dos militares. Por esta ação recebeu um processo militar, e veio a ser preso. Nesta ocasião ficou 15 dias encarcerado. Após cumprir pena, planejou um ataque a bombas no quartel em que ficava alojado, com o mesmo intuito de protestar contra os baixos soldos. Novamente foi processado, tendo sido afastado e aposentado do Exército. Vale mencionar que, por não ter tido uma carreira de destaque nas Forças Armadas, recebeu um apelido pejorativo¹³. Em 1989, como dito anteriormente, ingressou na política.

A formação de Bolsonaro no Exército aconteceu durante os anos de 1970 e 1980. Desse modo, as ideias que ele formou em relação à ditadura estão diretamente ligadas ao que o alto oficialato determinou naquele contexto. Dentre elas, está a repudia ao comunismo, extirpando qualquer indivíduo que se enquadrasse no perfil de um subversivo. O temor anticomunista presente no discurso bolsonarista ainda hoje representa o vocabulário político que marcou sua formação.

11 Informações retiradas do livro: Carvalho, Luiz Maklouf. **O cadete e o capitão**: a vida de Jair Bolsonaro no quartel. São Paulo: Todavia, 2019.

12 O artigo em *Veja* e a prisão de Bolsonaro nos anos 1980. **Veja**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/>>. Acesso em: 11 de outubro de 2023.

13 No Exército Brasileiro, quando um oficial não alcança patentes maiores na carreira e, de certa forma, é considerado um mau militar pelos seus pares, recebe a alcunha de: “bunda suja”. Mais sobre isto: A ameaça Bolsonaro. **Veja**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/a-ameaca-bolsonaro-2/>>. Acesso em: 11 de outubro de 2023.



Segundo Caroline Bauer (2019, p. 43),

[...] gran parte de la socialización en las Fuerzas Armadas se realiza en un contexto de gran carga afectiva, fundamental para la delimitación de un ‘nosotros’. La formación de una identidad “militar” alienta a las nuevas generaciones a involucrarse con una interpretación del pasado predeterminedada, acudiendo a la transmisión de sus memorias como ‘mecanismo cultural’ para fortalecer un ‘sentido de pertenencia’. Sabemos que el Ejército está regido por un conjunto de valores, tales como el honor, el deber, el patriotismo, la lealtad y la disciplina, y que para el militar la defensa de la patria es un destino superior. Bolsonaro encarna esos valores.

A autora complementa indicando que a personalidade de Bolsonaro é diversa, indicando “orden y obediencia, por un lado, y falta de respeto y agresividad contra los que no son los suyos, por el otro” (Bauer, 2019, p. 44). Por exemplo, o fato de os militantes bolsonaristas o chamarem de “Capitão” é uma evidencia de como essa graduação que conquistou nas Forças Armadas foi transportada como um trunfo para sua vida no parlamento. Entre os colegas de corporação, era ainda chamado de “Cavalo”, devido ao grande vigor físico que apresentava. Inclusive, tendo vencido, segundo suas próprias declarações, várias provas de atletismo.

197

Mesmo expulso e rejeitado pela cúpula do Exército, desde o início de sua carreira no parlamento, Bolsonaro portou-se como uma espécie de “líder sindical” dos oficiais de baixa patente e militares da reserva. Esse fato permitiu que ampliasse suas ações em outros setores ligados à segurança pública, como os policiais militares e civis. O discurso em defesa dos interesses da chamada “família militar” garantiu a Bolsonaro sete mandatos como deputado federal. Contudo, suas declarações polêmicas e radicais o confinaram na posição de deputado exótico do “baixo clero” do Congresso Nacional. Essa situação, como



destacamos, mudou bastante a partir das Jornadas de Junho de 2013, das manifestações pelo impeachment em 2015 e 2016, e desembocaram na campanha presidencial de 2018, no qual saiu vitorioso e tornou-se presidente da República¹⁴.

A derrota bolsonarista nas urnas em 2023 não representou o encerramento das atividades desse movimento. A democracia brasileira deve permanecer em estado de alerta contra incursões golpistas e autoritárias deste movimento, capaz de empreender eventos, como o 08 de janeiro de 2023 no Palácio do Planalto.

Considerações finais

Inicialmente, o governo de Jair Bolsonaro, causou uma espécie de temor em seus opositores, pois parecia ser a volta de um governo militar na Nova República, marcada apenas pelo comando de civis como chefe do Executivo. Vale ressaltar que durante este período his-

198

14 A vitória de Bolsonaro nas urnas surpreendeu o mundo político institucional. Em síntese, deve ser analisada levando em consideração a conjuntura pós-2013, e principalmente como um desdobramento do Golpe de 2016, no qual protagonizou Bolsonaro um dos momentos mais marcantes da sessão. O voto foi favorável à continuidade do processo e, durante sua fala, deixou visível ser um entusiasta da Ditadura, homenageando o ex-torturador e chefe do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) na década de 1970, Carlos Alberto Brilhante Ustra. Vale mencionar que Ustra foi o primeiro militar condenado pela Justiça brasileira por tortura durante a Ditadura militar. Além disso, Bolsonaro fez alusão às torturas sofridas pela ex-presidenta nos idos dos anos 1960 e 1970, período no qual participou de movimentos guerrilheiros contrários à Ditadura no Brasil. Saudar um torturador e a Ditadura, em uma sessão ordinária de uma casa legislativa, é crime de responsabilidade para o qual cabe o afastamento do parlamentar, contudo, na ocasião, nada aconteceu. Pelo contrário, tal declaração serviu para potencializar a imagem do “capitão” entre a população, sobretudo, nas redes sociais, fato que contribuiu em sua chegada à presidência da República. O sucesso eleitoral de Jair Bolsonaro foi uma consequência do antipetismo, que serviu de pretexto para a deposição de uma presidenta democraticamente eleita.



tórico, um empresário, um sociólogo, um metalúrgico, e uma mulher¹⁵, ex-guerrilheira e economista de formação foram eleitos democraticamente. Este processo de alternância de poder demonstra sobretudo o bom funcionamento desta democracia em construção.

Entretanto, quando ocorreu a eleição de um ex-militar defensor do Golpe Civil-Militar de 1964 e também da ditadura, abriu-se uma discussão sobre a quebra do pacto firmado na Constituinte liderada pela “oposição moderada”, comandada pelo deputado Ulysses Guimarães. A solução de compromisso encontrada durante a eleição de Tancredo Neves, e sustentada durante os governos pós 1988 estaria dando mostras de seu enfraquecimento. Ou seja, o pacto de cunho liberal e apaziguador que extirpava a possibilidade da continuidade de militares como chefes do executivo federal, funcionou por mais de 30 anos. Podemos dizer que esta ideia não representava uma lei vigente, mas sim um consenso entre a classe política civil de que a institucionalidade não poderia ser controlada diretamente pela caserna, ainda que indiretamente este controle permanecesse.

199

Por aproximadamente 25 anos as tensões entre civis e militares não foram tão acirradas, estando de certa forma apaziguadas. Contudo, a condução do primeiro Governo de Dilma Rousseff (2011- 2014) em empreender a Comissão Nacional da Verdade (CNV), exaltou os ânimos na arena política e reviveu a possibilidade de disputas revanchistas temidas desde o fim da ditadura. Ou seja, o evento condicionante da quebra do pacto diz mais respeito aos militares, do que a sociedade civil, mesmo havendo mais de 30 anos do fim da ditadura. Além disso, mesmo com a “retirada da política” dos quartéis ao fim da ditadu-

15 Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, respectivamente, a última foi a primeira mulher eleita chefe do Executivo brasileiro em cento e trinta e quatro anos de República.



ra, os militares permaneceram na Constituição Federal de 1988 como elemento importante, ou seja, continuaram a pautar certas discussões institucionais¹⁶.

200

Desse modo, é possível afirmar que a ascensão do bolsonarismo em 2018 representou um desdobramento da influência da Caserna no poder civil, fato que como citamos ocorreu em toda a transição democrática, pois ao fim da ditadura, os militares temiam que o processo constituinte revogasse a Lei da Anistia, e condenasse os oficiais envolvidos em crimes e violações aos direitos humanos durante o regime de exceção brasileiro. Nada disso ocorreu neste decurso, tampouco após os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Todavia, as tensões surgidas entre o governo Dilma, e setores da classe militar, devido as apurações feitas pelos grupos de trabalho desta comissão, aliadas às manobras políticas desenvolvidas no parlamento durante o processo de afastamento da presidenta Dilma Rousseff, o qual entendemos como um Golpe, legou o Brasil ao convívio sócio-político com um movimento de tendências pós-fascistas.

Devemos ponderar que as ligações do bolsonarismo com a ditadura não são meras coincidências, assim como suas intercorrências com práticas fascistas. Além disso, é necessário compreender que mesmo nas semelhanças, quase assistimos a volta das instâncias de poder para as mãos dos militares e seu projeto nacional de destruição da democracia, o qual ficou vigente na República por mais de 20 anos, e ainda hoje apresenta permanências¹⁷ de diferentes ordens.

Os acontecimentos das três décadas que se seguiram, da promul-

16 Mais sobre isso: Zaverucha, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: Safatle, Vladimir e Teles, Edson (Orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

17 Mais sobre isto: Safatle, Vladimir e Teles, Edson (Orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.



gação da Constituição “Cidadã”, ao Golpe de 2016 indicaram algumas coisas em relação ao Brasil republicano. Em resumo estão relacionadas ao fato de que a cultura política brasileira é contraditória, autoritária e conciliatória.

O povo que lutou pelas “Diretas”, apoiou o “pacto conciliatório”, e elegeu um operário e uma ex-guerrilheira, também elegeu um apologista da ditadura. Este último ponto elencando indica a permanência dos militares na institucionalidade brasileira, em corpo e pensamento, uma vez que possuem representação parlamentar, e atos normativos que os amparam legalmente. Desse modo, é possível observar a manutenção dos interesses da ala militar defendidos durante o período da transição, e durante a Constituinte, também em nossa atualidade sócio-política.

Podemos dizer também que no Brasil não existe uma democracia política consolidada, mas sim uma normalidade democrática em construção e em disputa, visto que grupos políticos que antagonizavam o debate político durante a ditadura, buscam defender seus interesses na transição, “constroem” a democracia durante a constituinte, e permanecem neste conflito durante a Nova República.

201

Por fim, é necessário entender que a conciliação, e a manutenção da Anistia como foi aprovada em 1979, nos traz problemas no tempo presente. De certa maneira podemos considerar a ascensão e o fortalecimento do movimento bolsonarista, assim como seu controle do poder Executivo brasileiro por quatro anos com o desenvolvimento de práticas políticas obsoletas, como uma última mazela evidenciada na Nova República. O surgimento deste fenômeno político não pode ser considerado como uma excepcionalidade, e sim como reflexo dos problemas brasileiros advindos da Anistia, e também da conciliação



política estruturada durante a redemocratização do país.

Referências

Fontes

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos/Comissão da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1983**. Câmara dos deputados. Brasília, 1983. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/18035>>. Acesso em 15 de outubro de 2023.

GUIMARÃES, Ulysses (1988). Íntegra do discurso presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães (10> 23»). **Câmara dos deputados**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-assembly-nacional-constituente-dr-ulysses-guimaraes-10-23/>>. Acesso em 10 de outubro de 2023.

Periódicos

COSTA, Ana Clara (2017), << A ameaça Bolsonaro>>. **Veja**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/a-ameaca-bolsonaro-2/>>. Acesso em: 11 de outubro de 2023.

MAZUI, Guilherme (2019), << Bolsonaro determinou que Defesa faça as “comemorações devidas” do golpe de 64, diz porta-voz >>. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml>>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.



NEVES, Tancredo (1985). Discurso de Tancredo Neves preparado para a posse na Presidência da República. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/discurso-de-tancredo-neves-preparado-para-posse-na-presidencia-da-republica-3021920>>. Acessado em 02 de maio de 2023.

REVISTA Veja (2020), << O artigo em Veja e a prisão de Bolsonaro nos anos 1980>> . **Veja**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/>>. Acesso em: 11 de outubro de 2023.

Bibliografia

ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 52-70.

BARAHONA de Brito, Alexandra. **“Justiça transicional” em câmara lenta**: o caso do Brasil. In.: Pinto, António Costa; Martinho, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **O passado que não passa**: a sombra das Ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p.235-260.

BAUER, Caroline Silveira. La dictadura cívico-militar brasileña em los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. **Relaciones Internacionales de la UNAM**, n. 57, p.37-51, set./dez. 2019.

BOLSONARO, Flávio. **Jair Messias Bolsonaro – Mito ou Verdade**. Rio de Janeiro: Altadena, 2017.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O cadete e o capitão**: a vida de Jair Bolsonaro no quartel. São Paulo: Todavia, 2019.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Anistia**: das mobilizações das mulheres na Ditadura militar às recentes disputas sobre o passado. Vitória:



Milfontes, 2019.

_____. Fagundes, Pedro Ernesto. A Nova República (1985-2016) e as disputas de narrativas sobre a Lei da Anistia. **Locus - Revista de história**, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.290-306, 2019 E-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024

FICO, Carlos. **Além do Golpe** – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

GOLDSTEIN, Ariel. A ascensão da direita radical brasileira no contexto internacional. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; Motta, Rodrigo Patto Sá; Boisard, Stéphane. **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019, p. 17-36.

MIGUEL, Luís Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: da constituição ao Golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

204 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

_____. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Cultura política e ditadura**: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15 esp., p. 9-44, nov. 2015.

NETO, O. C. (2020). Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado**, 10(24), 120–140.

REIS filho, Daniel Aarão. Notas para a compreensão do bolsonarismo.



- Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n. 1, p. 1-11, jan./abr. 2020.
- ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: uma gênese da nova direita brasileira (2006–2018)** 2018. 232f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SAFATLE, Vladimir e Teles, Edson (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- SCHURSTER, K. y Teixeira Da Silva, F. C. (2021). Militares e bolsonarismo: um caso da transição falhada e democracia inacabada. **Relaciones Internacionales**, 30(60), 130. <https://doi.org/10.24215/23142766e130>
- STANLEY, Jason. **Como Funciona o Fascismo: a Política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2018.
- ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: Safatle, Vladimir e Teles, Edson (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.